



# GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS AUDITORIA-GERAL DO ESTADO (AUGE)

CONCURSO PÚBLICO  
Nível Superior

Aplicação: 8/2/2009

## AUDITOR INTERNO – Nível I, Grau A

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS ( $P_3$ )

# Caderno DELTA

# TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno DELTA — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém sessenta questões, correspondentes à prova objetiva  $P_3$ , corretamente ordenadas de 41 a 100.
- 2 Quando autorizado pelo aplicador, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*Quem briga com um ébrio agride um ausente.*

- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de um aplicador.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início da prova e poderá levar este caderno de prova somente no decurso dos **últimos quinze** minutos anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I 11/2/2009, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II 12 e 13/2/2009 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 13/3/2009 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova de redação: Órgão Oficial dos Poderes do Estado de Minas Gerais e Internet.
- IV 16 e 17/3/2009 – Recursos (prova de redação): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V 13/4/2009 – Resultado final da prova de redação e convocação para a perícia médica: Órgão Oficial dos Poderes do Estado de Minas Gerais e Internet.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital AUGE n.º 1/2008, de 10/10/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de 41 a 100, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P<sub>3</sub>)

### CONTABILIDADE GERAL

Balancete contábil para as questões de 41 a 46

n.º	conta	saldo (em R\$)
1	abatimento de compras	100
2	abatimento de vendas	1.124
3	ações de controladas	3.900
4	apartamentos e garagens	28.750
5	capital social	15.000
6	casas	32.450
7	compra de estoques	2.100
8	contas a receber	2.490
9	depreciação acumulada	130.900
10	despesa antecipada de aluguéis	4.300
11	despesa de combustíveis	1.240
12	despesa de depreciação	800
13	despesa de energia	990
14	despesa de manutenção	1.145
15	despesa de material de consumo	450
16	despesa de salários	4.500
17	despesa de seguros	320
18	despesa de telefone	500
19	despesas com impostos e taxas	890
20	despesas financeiras	325
21	devolução de compras	200
22	devolução de vendas	990
23	disponibilidades	7.800
24	empréstimos a pagar de longo prazo	21.300
25	energia a pagar	600
26	estoque final de mercadorias para revenda	2.100
27	estoque inicial de mercadorias para revenda	4.500
28	financiamentos de longo prazo	25.460
29	fornecedores	1.000
30	fretes sobre compras	500
31	imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	2.200
32	impostos a recolher	6.500
33	impostos sobre vendas	3.456
34	investimento em coligadas	4.500
35	máquinas e equipamentos	31.200
36	material de consumo	1.200
37	móveis e utensílios	23.400
38	notas promissórias a pagar de longo prazo	23.400
39	prédios e edificações diversas	43.500
40	prejuízo acumulado antes da apuração do resultado do período	????
41	provisão para contingências judiciais	5.400
42	provisão para créditos de liquidação duvidosa	900
43	provisão para perda de estoques	400
44	provisão para perda de investimentos	900
45	receita bruta de vendas	32.450
46	receitas financeiras	880
47	reservas	400
48	salários a pagar	2.300
49	seguros antecipados	2.300
50	seguros sobre compras	300
51	taxas e contribuições a pagar	30
52	telefone e Internet a pagar	200
53	veículos	37.300

**QUESTÃO 41**

A análise das demonstrações contábeis é fundamental para a avaliação da situação econômico-financeira das empresas. O capital circulante líquido (CCL) e o índice de endividamento (IE) são indicadores utilizados nessa análise. Considerando o balancete contábil apresentado, assinale a opção que apresenta, respectivamente, o valor do CCL e a faixa que contém o IE corretos.

- A R\$ 2.860,00; acima de 90%
- B R\$ 3.260,00; entre 77% e 89%
- C R\$ 3.760,00; entre 64% e 76%
- D R\$ 8.260,00; entre 45% e 63%
- E R\$ 9.560,00; entre 26% e 44%

**QUESTÃO 42**

O valor correto do índice de liquidez corrente encontra-se entre

- A 0,25 e 0,76.
- B 0,77 e 0,95.
- C 0,96 e 1,05.
- D 1,06 e 1,15.
- E 1,16 e 1,27.

**QUESTÃO 43**

O valor correto da margem bruta está entre

- A 90% e 99%.
- B 70% e 89%.
- C 50% e 69%.
- D 30% e 49%.
- E 10% e 29%.

**QUESTÃO 44**

O valor correto da margem líquida está entre

- A 90% e 99%.
- B 70% e 89%.
- C 50% e 69%.
- D 30% e 49%.
- E 10% e 29%.

**QUESTÃO 45**

O índice de liquidez imediata está entre

- A 0,25 e 0,76.
- B 0,77 e 0,95.
- C 0,96 e 1,05.
- D 1,06 e 1,15.
- E 1,16 e 1,27.

**QUESTÃO 46**

O índice de liquidez geral está

- A entre 0,07 e 0,18.
- B entre 0,19 e 0,30.
- C entre 0,31 e 0,42.
- D entre 0,43 e 0,54.
- E acima de 0,55.

RASCUNHO

**Quadro para as questões 47 e 48**

conta	saldo inicial (R\$)	saldo final (R\$)
receita de vendas	–	23.000
contas a receber	12.300	10.900
receita antecipada	5.400	9.800
recebimento de clientes	–	24.400
estoques	3.400	2.100
custo da mercadoria vendida	–	10.200
fornecedores	7.600	5.400
aluguéis antecipados	3.400	2.100
despesa de aluguel	–	2.000
aluguéis a pagar	2.100	1.300
provisão para contingências	2.130	3.320
reservas	889	902
despesa de telefone	–	3.210
telefone a pagar	1.120	990
telefone antecipado	889	320
despesa com provisão para contingências	–	1.400

**QUESTÃO 47**

Assinale a opção correspondente ao valor recebido de clientes, no período.

- A** R\$ 36.400,00
- B** R\$ 4.400,00
- C** R\$ 24.400,00
- D** R\$ 28.800,00
- E** R\$ 34.200,00

**QUESTÃO 48**

O valor pago aos fornecedores, no período, foi igual a

- A** R\$ 13.200,00.
- B** R\$ 2.200,00.
- C** R\$ 4.100,00.
- D** R\$ 6.200,00.
- E** R\$ 11.100,00.

**RASCUNHO****Balancete para as questões 49 e 50**

n.º	conta	saldo (R\$)
1	prejuízo acumulado	400
2	impostos a recolher	600
3	encargos sobre folha de pagamento a recolher	880
4	empréstimos bancários	900
5	salários a pagar	990
6	ações de controladas	1.000
7	reservas	1.120
8	fornecedores	1.200
9	máquinas e equipamentos	1.800
10	aplicações financeiras	2.100
11	gastos pré-operacionais	2100
12	caixa	2300
13	duplicatas a receber	2880
14	bancos	3100
15	títulos a receber de longo prazo	3.200
16	contas a pagar de longo prazo	3.200
17	mercadorias para revenda	4.200
18	contas a receber	5.400
19	capital social	19.590

**QUESTÃO 49**

O efeito tesoura (ET) encontra-se entre

- A** R\$ 10.500,01 e R\$ 11.600,00.
- B** R\$ 9.300,01 e R\$ 10.500,00.
- C** R\$ 8.200,01 e R\$ 9.300,00.
- D** R\$ 7.100,01 e R\$ 8.200,00.
- E** R\$ 6.000,00 e R\$ 7.100,00.

**QUESTÃO 50**

A necessidade de capital de giro (NCG) está entre

- A** R\$ 10.501 e R\$ 11.600.
- B** R\$ 9.301 e R\$ 10.500.
- C** R\$ 8.200 e R\$ 9.300.
- D** R\$ 7.101 e R\$ 8.200.
- E** R\$ 6.000 e R\$ 7.100.

# CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

## QUESTÃO 51

Julgue os itens seguintes, acerca do campo de aplicação da contabilidade pública.

- I As empresas públicas somente integram os orçamentos públicos na parte que diz respeito às despesas de capital.
- II A normal legal básica da contabilidade pública é a Lei n.º 4.320/1964, que só pode ser modificada por lei complementar.
- III Os bens de uso especial, embora integrem o conceito de bens públicos, não devem ser incorporados ao patrimônio das entidades públicas.
- IV Ao orçamento de investimento das estatais não se aplica o regime contábil misto, próprio do orçamento fiscal e da seguridade social.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

## QUESTÃO 52

Em relação aos sistemas de contas, assinale a opção correta.

- A A parte lançada da receita orçamentária que não foi arrecadada deve ser inscrita no sistema patrimonial.
- B A eventual existência de *superavit* sem haver a correspondente disponibilidade financeira é causada pelo emprego, na contabilidade governamental, do sistema duplo de contabilização, dividido entre o fluxo econômico e o fluxo financeiro.
- C Os sistemas orçamentário e financeiro registram eventos de natureza distinta, motivo pelo qual a boa prática contábil recomenda que não deve haver qualquer relação entre os dois.
- D O sistema de compensação tem por objetivo registrar os eventos que não podem modificar o patrimônio público.
- E As contas de resultado são encontradas no sistema orçamentário.

## QUESTÃO 53

Um município firmou contrato de financiamento junto a uma instituição financeira para aquisição de um veículo por trinta e seis meses, com o benefício de uma cláusula contratual segundo a qual, em caso de roubo do veículo durante o prazo de pagamento do contrato, as prestações restantes seriam canceladas, e, seis meses após a assinatura do contrato, o veículo foi roubado.

Na situação hipotética acima descrita, para registrar, no sistema patrimonial, a aquisição do veículo, o financiamento contratado, o roubo do veículo e o cancelamento de prestações decorrente do roubo, as contas debitadas em cada registro serão, respectivamente,

- A variação ativa orçamentária – mutação ativa; variação passiva extra-orçamentária – superveniência passiva; veículos; variação ativa extra-orçamentária – superveniência ativa.
- B variação ativa orçamentária – mutação ativa; variação passiva orçamentária – mutação passiva; variação passiva extra-orçamentária – insubsistência ativa; variação ativa extra-orçamentária – insubsistência passiva.
- C veículos; variação passiva orçamentária – mutação passiva; variação passiva extra-orçamentária – insubsistência ativa; financiamento.
- D veículos; financiamento; variação passiva extra-orçamentária – insubsistência ativa; variação ativa extra-orçamentária – insubsistência passiva.
- E veículos; variação passiva extra-orçamentária – superveniência passiva; variação ativa extra-orçamentária – insubsistência passiva; financiamento.

## QUESTÃO 54

Assinale a opção em que os subgrupos de contas estão corretamente relacionados ao respectivo grupo.

- A ativo circulante: disponível, créditos em circulação, diferido, bens e valores em circulação
- B realizável a longo prazo: depósitos realizáveis a longo prazo, execução de restos a pagar
- C ativo compensado: execução da programação financeira, despesas e dívidas de estados e municípios
- D permanente: investimentos, imobilizado, controle da dívida ativa
- E passivo compensado: previsão orçamentária da receita, receitas de exercícios futuros

**QUESTÃO 55**

Julgue os seguintes itens, relativos ao plano de contas da administração pública.

- I No plano de contas da administração pública, o nível de elementos se subdivide em itens que, por sua vez, são divididos em subitens.
- II As contas denominadas escrituradas são aquelas que, por compreenderem o somatório de outras contas, não admitem registros diretos.
- III A chamada tabela de eventos, embora constitua mecanismo automático de conversão de atos e fatos administrativos e econômicos em registros contábeis, não integra o plano de contas da administração federal.
- IV Embora o plano de contas da administração federal não seja obrigatório para os demais entes da Federação, a legislação em vigor exige que todas as entidades públicas do país realizem a escrituração por meio dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

**QUESTÃO 56**

Em relação ao registro da descentralização de créditos orçamentários, assinale a opção correta.

- A Os termos crédito orçamentário e dotação orçamentária correspondem a conceitos diferentes.
- B O destaque corresponde à descentralização de créditos orçamentários de uma unidade orçamentária para as unidades administrativas ou para outra unidade orçamentária no âmbito do mesmo ministério ou órgão.
- C A provisão define-se como a reserva de parte do crédito orçamentário para uma despesa que, embora obrigatória, não tenha o valor exato definido.
- D Na descentralização de créditos orçamentários, as contas de ativo e passivo compensado não devem ser usadas.
- E A contabilização da descentralização, no caso da unidade recebedora, deve ser feita a débito da conta crédito disponível.

**QUESTÃO 57**

No que concerne ao registro das operações envolvendo restos a pagar, assinale a opção correta.

- A O pagamento de restos a pagar processados afeta o patrimônio líquido do órgão público somente no exercício do efetivo desembolso financeiro.
- B Os termos restos a pagar e obrigações a pagar representam exatamente o mesmo conceito.
- C A apropriação da despesa por ocasião da inscrição dos restos a pagar não processados está de acordo com o princípio contábil da competência.
- D Os restos a pagar, processados ou não, são cancelados ao final de um ano da sua inscrição, salvo se tiverem sua prescrição interrompida.
- E Uma vez inscritos em um exercício, os restos a pagar não processados somente podem ser cancelados no final do exercício subsequente.

**QUESTÃO 58**

Os elementos cuja inserção no balancete é obrigatória **não** incluem a

- A identificação da entidade.
- B data a que se refere o balancete.
- C identificação do contador responsável pela elaboração do balancete.
- D abrangência do balancete.
- E identificação das contas e dos respectivos grupos.

**QUESTÃO 59**

Julgue os seguintes itens, acerca do balanço orçamentário e do balanço financeiro.

- I Os termos balanço financeiro e balanço orçamentário não devem ser usados, pois o seu conteúdo trata de demonstrativos de fluxo, e não de situações estáticas.
- II É chamada de *superavit* a condição orçamentária em que a soma das despesas realizadas é inferior à soma das despesas fixadas no orçamento.
- III No levantamento da situação financeira, devem ser considerados não apenas os ingressos não orçamentários, mas também os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
- IV Nos dois documentos, a receita orçamentária deve estar demonstrada, no mínimo, por categoria econômica e origem.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

**QUESTÃO 60**

Considere as seguintes definições, a respeito dos grupos integrantes do balanço patrimonial.

- I Dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.
- II Bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- III Bens e valores que, apesar de não integrarem o patrimônio público, possam vir a afetá-lo no futuro.
- IV Dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Essas definições correspondem, respectivamente, às denominações

- A passivo permanente, ativo financeiro, ativo compensado e passivo financeiro.
- B passivo financeiro, ativo financeiro, ativo compensado e passivo permanente.
- C passivo permanente, ativo permanente, ativo financeiro e passivo financeiro.
- D passivo permanente, ativo permanente, ativo compensado e passivo financeiro.
- E passivo financeiro, ativo permanente, ativo compensado e passivo permanente.

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O processo orçamentário é composto das seguintes etapas: fixação de metas de resultado fiscal, previsão ou estimativa da receita, cálculo da necessidade de financiamento do governo Federal, fixação dos valores para despesas obrigatórias, determinação dos limites para despesas discricionárias, elaboração das propostas setoriais — cadastros, análise e consolidação das propostas setoriais —, processo legislativo e sanção da lei, execução orçamentária e alterações orçamentárias.

Roberto Boccacio Piscitelli *et al.* **Contabilidade Pública**. Ed. ATLAS, 9.<sup>a</sup> ed., 2006, p. 46.

**QUESTÃO 61**

Assinale a opção correta a respeito do resultado fiscal do governo, na esfera federal, conhecido como necessidades de financiamento do setor público (NFSP).

- A Haverá *deficit* nominal quando o resultado primário for superior aos juros nominais líquidos.
- B As NFSP são apuradas de forma consolidada pelo orçamento fiscal, da seguridade social e pelo orçamento de investimento das estatais.
- C O resultado primário é apurado acrescentando-se ao resultado nominal os juros nominais líquidos.
- D O critério acima da linha possibilita o controle dos itens que compõe o resultado nominal.
- E As necessidades de financiamento do governo central (NFGC) correspondem ao resultado nominal, apurado pela diferença entre as receitas e despesas primárias.

**QUESTÃO 62**

Acerca de princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- A A observação ao princípio do orçamento bruto é um instrumento que auxilia a ligação técnica entre as funções de planejamento e gerência.
- B A aplicação do princípio da universalidade possibilita ao Poder Legislativo impedir que o Poder Executivo realize qualquer operação de despesa e receita sem prévia autorização parlamentar.
- C De acordo com o princípio da unidade, o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado.
- D Segundo o princípio da especialização, a lei orçamentária deverá conter apenas matéria orçamentária, excluindo dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e fixação da despesa.
- E De acordo com o princípio da discriminação, o orçamento público deve ser apresentado em linguagem clara e compreensível.

**QUESTÃO 63**

A respeito da Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a opção correta.

- A Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais, que compõem a LOA, deverão funcionar como instrumentos voltados para a redução das desigualdades sociais.
- B Uma das principais causas da rigidez do orçamento da União é o excesso de vinculação das receitas.
- C O processo legislativo orçamentário não permite alterações no projeto da LOA após o seu recebimento pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
- D No atual modelo orçamentário brasileiro não existe a ligação entre planejamento e orçamento.
- E A LOA poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais.

**QUESTÃO 64**

Assinale a opção correta, com relação ao Plano Plurianual (PPA), que, sob o aspecto orçamentário, é uma das novidades da Constituição Federal de 1988 (CF).

- A** A regionalização de que trata o conceito do PPA na CF somente se aplica à esfera federal.
- B** Nenhuma despesa cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciada sem prévia inclusão no PPA.
- C** Somente as despesas de capital estarão relacionadas no PPA.
- D** As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o PPA.
- E** No âmbito federal, o projeto de lei do PPA será encaminhado, pelo Poder Executivo, ao Congresso Nacional até quatro meses após o início do exercício financeiro do primeiro ano do mandato do presidente da República.

**QUESTÃO 65**

Por meio da classificação da receita por fonte no orçamento, é possível acompanhar o comportamento da arrecadação de cada modalidade da receita orçamentária. A respeito da classificação das receitas, assinale a opção correta.

- A** A indenização que a PETROBRAS paga aos estados e municípios pela extração de petróleo, xisto e gás é classificada como transferência de capital.
- B** A receita de contribuições, no aspecto puramente econômico, confunde-se com os tributos, porém são legalmente consideradas como encargos parafiscais.
- C** A receita industrial decorre de atividades como comércio, transporte, comunicação, armazenagem, entre outras similares.
- D** As multas, juros de mora, indenizações e receitas diversas são classificadas como transferências correntes.
- E** As receitas patrimoniais correspondem ao resultado obtido com a venda de bens patrimoniais, como ações, bens móveis e imóveis.

**QUESTÃO 66**

A principal fonte de receita do setor público é a arrecadação tributária. Acerca dos aspectos principais a serem considerados para a obtenção de um sistema tributário ideal, assinale a opção correta.

- A** Um imposto progressivo é aquele que implica uma contribuição maior da parcela da população de baixa renda relativa ao segmento de renda mais alta.
- B** A distribuição do ônus tributário não deve ser equitativa entre os diversos indivíduos de uma sociedade.
- C** O sistema tributário deve ser estruturado de forma a interferir ao máximo na alocação de recursos da economia.
- D** Segundo o conceito da simplicidade, é importante que o imposto seja de fácil entendimento para quem tiver que pagá-lo.
- E** O conceito da eficácia da tributação estabelece que o sistema tributário não provoque uma distorção na alocação dos recursos.

**QUESTÃO 67**

A respeito da classificação da despesa segundo a sua natureza, assinale a opção correta.

- A** O grupo de despesa é a mais analítica das classificações e sua finalidade básica é o controle contábil dos gastos.
- B** As categorias econômicas, em número de três, vinculam-se aos grupos de natureza da despesa.
- C** As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a obras de conservação e adaptação de bens imóveis, são classificadas como despesas de capital.
- D** Os últimos dígitos da classificação da despesa segundo a sua natureza representam o item da despesa.
- E** A modalidade de aplicação objetiva possibilita a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.



**QUESTÃO 68**

A receita pública passa por um processo denominado estágios ou fases, até o seu recebimento. Acerca dos estágios da receita pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A previsão de todas as receitas deve observar o princípio da unidade de tesouraria, vedada a fragmentação dos recursos em caixas especiais.
- Ⓑ A arrecadação caracteriza-se pela transferência dos recursos diretamente ao caixa do tesouro.
- Ⓒ A fixação da receita tem a finalidade de determinar a matéria tributável, analisar seus elementos e calcular o montante do tributo devido.
- Ⓓ O lançamento por homologação é efetuado pela administração sem a participação do contribuinte.
- Ⓔ A arrecadação indireta ocorre quando entidades depositárias — empregadores, bancos etc. — retêm valores do contribuinte, providenciando, posteriormente, o recolhimento.

**QUESTÃO 69**

Segundo os Decretos n.ºs 35.304/1993 e 42.127/2001, o Sistema Integrado de Administração Financeira do estado de Minas Gerais (SIAFI–MG) deve ser obrigatoriamente utilizado

- Ⓐ pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- Ⓑ pelas empresas estatais dependentes.
- Ⓒ pelo Ministério Público de Minas Gerais.
- Ⓓ pelos órgãos e entidades do Poder Legislativo.
- Ⓔ pelos órgãos e entidades do Poder Judiciário.

**QUESTÃO 70**

As funções básicas do SIAFI–MG, de acordo com o Decreto n.º 35.304/1993, MG, incluem o(a)

- Ⓐ centralização de procedimentos licitatórios.
- Ⓑ elaboração orçamentária.
- Ⓒ controle patrimonial.
- Ⓓ otimização das contratações administrativas.
- Ⓔ divulgação do relatório resumido de execução orçamentária.

**QUESTÃO 71**

Assinale a opção correta a respeito da execução orçamentária da despesa, de acordo com as normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil estabelecidas no Decreto Estadual n.º 37.924/1996.

- Ⓐ O recebimento de material de valor estabelecido para licitação, a partir da modalidade convite, será confiado ao ordenador de despesa.
- Ⓑ Os empenhos classificam-se em ordinário e estimativo.
- Ⓒ A realização da despesa sujeita-se aos estágios da liquidação, seguido do empenho e posterior pagamento.
- Ⓓ Os encargos financeiros incidentes sobre o pagamento de despesa após a data do vencimento serão de responsabilidade do servidor, caso seja comprovada a sua omissão em qualquer fase da despesa.
- Ⓔ Os empenhos por estimativa que apresentarem saldo insuficiente deverão ser reforçados posteriormente à realização da despesa.

**QUESTÃO 72**

Assinale a opção correta com relação ao regime especial de adiantamento, segundo o Decreto Estadual n.º 37.924/1996.

- Ⓐ A utilização do adiantamento é recomendada para a compra de passagens aéreas.
- Ⓑ A liberação de numerário a servidor previamente credenciado pelo ordenador de despesa deve ser precedida de empenho ordinário na sua dotação própria.
- Ⓒ Os prazos para aplicação e comprovação dos recursos de adiantamento encerram-se ao término do exercício financeiro.
- Ⓓ A servidor em alcance não será concedido adiantamento.
- Ⓔ O valor das despesas eventuais de gabinete, que ultrapassem o adiantamento, será ressarcido ao servidor pelo valor excedente.

**QUESTÃO 73**

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

Lei de Responsabilidade Fiscal, §1.º do artigo 1.º da Lei Complementar n.º 101, de 4/52000.

Assinale a opção correta, acerca dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que tratam da transparência, controle e fiscalização da gestão fiscal.

- A Os tribunais de contas alertarão os poderes ou órgãos relacionados na LRF quando constatarem que o montante da despesa com pessoal ultrapassou 90% do limite autorizado.
- B Segundo a LRF, será dada ênfase na fiscalização dos limites e condições para a realização de despesas de exercícios anteriores.
- C O relatório resumido da execução orçamentária será publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.
- D A transparência será assegurada a partir do início da execução da LOA.
- E A demonstração das variações patrimoniais consolidadas dará destaque à origem e ao destino dos recursos das operações de crédito, na qual serão incluídas as operações intragovernamentais.

**QUESTÃO 74**

Em atendimento ao disposto na LRF, o ente deve elaborar o anexo de metas fiscais, que integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Nesse anexo, inclui-se o demonstrativo

- A da dívida consolidada.
- B dos resultados primário e nominal.
- C da evolução do patrimônio líquido.
- D da origem e aplicação dos recursos obtidos com operações de crédito.
- E da receita corrente líquida.

**QUESTÃO 75**

Com relação ao controle da despesa total com pessoal, previsto na LRF, assinale a opção correta.

- A No caso de ultrapassagem do limite e não alcançada a redução no prazo estabelecido pela legislação, o ente não poderá receber transferência voluntária.
- B A despesa total com pessoal será apurada adotando-se o regime de caixa.
- C Os percentuais estabelecidos como parâmetros são calculados sobre a receita corrente anual de cada ente da federação.
- D A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos será realizada ao final de cada bimestre.
- E O demonstrativo da despesa com pessoal será parte integrante do anexo de riscos fiscais e servirá como instrumento de verificação dos limites de que trata a LRF.

## AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

**QUESTÃO 76**

O parecer do auditor independente é o documento mediante o qual o auditor expressa a sua opinião, de forma clara e objetiva, a respeito das demonstrações contábeis nele indicadas. De acordo com o entendimento do Conselho Federal de Contabilidade CFC, assinale a opção correta.

- A Mesmo na hipótese de incerteza em relação a fato relevante, que possa afetar significativamente a posição e os resultados da entidade, o parecer será sem ressalva, desde que um parágrafo de ênfase faça alusão à nota explicativa da administração, suficientemente esclarecedora da situação.
- B A responsabilidade técnico-profissional do auditor é de ordem estritamente privada, nos termos do respectivo contrato.
- C O parecer deve ser dirigido prioritariamente à autoridade hierarquicamente superior ao contratante do serviço.
- D Estão habilitados a assinar o parecer o contador ou o contabilista, devidamente inscritos no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), e desde que, neste último caso, com habilitação específica.
- E A inobservância dos princípios fundamentais da contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade, ainda que os respectivos efeitos tenham sido avaliados, aceitos e divulgados, implica a emissão de parecer com ressalva ou com abstenção de opinião, dependendo da magnitude desses efeitos.

**QUESTÃO 77**

O Código de Ética do Profissional de Contabilidade tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas, quando no exercício profissional. Assinale a opção correta nos termos da legislação contábil brasileira.

- Ⓐ Quando solicitadas pelos CRCs, os auditores do serviço público devem fornecer as informações obtidas em razão do exercício profissional lícito.
- Ⓑ Desde que regularmente designado, o auditor não está obrigado a renunciar às suas funções quando o cliente ou empregador manifestar desconfiança em relação ao seu trabalho.
- Ⓒ No caso de substituição involuntária de suas funções durante a realização dos trabalhos, o auditor deve abster-se de prestar quaisquer informações ao seu substituto.
- Ⓓ Após a sua designação e o início dos respectivos trabalhos, o auditor não está mais obrigado a manifestar-se acerca de impedimento superveniente.
- Ⓔ Se, no decorrer de seu trabalho, o auditor identificar circunstância adversa que possa influir na decisão de quem o tiver contratado ou designado, deverá fazer a comunicação somente quando do encerramento do referido trabalho.

**QUESTÃO 78**

A auditoria interna é exercida no âmbito das pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Com relação às normas de execução dos trabalhos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O planejamento do trabalho de auditoria interna deve ser feito de forma independente de quaisquer diretrizes emanadas da administração da entidade auditada.
- Ⓑ A utilização do trabalho de especialistas é prerrogativa disponível apenas para a auditoria independente.
- Ⓒ Constitui fator de risco, a ser considerado no planejamento dos trabalhos, a possibilidade de não se atingirem os objetivos em razão de limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria interna.
- Ⓓ Os testes de observância se referem à verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis à entidade sob exame.
- Ⓔ São as evidências que possibilitam a comprovação completa e definitiva da certeza expressa nas conclusões do auditor.

**QUESTÃO 79**

A Lei n.º 8.429/1992, Lei de Improbidade Administrativa, dispõe acerca das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública. A referida lei se aplica

- Ⓐ estritamente aos agentes públicos que exerçam cargos ou empregos em caráter permanente, com mais de três anos de exercício.
- Ⓑ estritamente no âmbito dos Poderes Executivos da União, dos estados e Distrito Federal, e dos municípios.
- Ⓒ extensivamente aos atos praticados contra o patrimônio de entidade para cuja manutenção o erário concorra com mais de 50%.
- Ⓓ estritamente no âmbito da administração direta, autarquias e fundações de quaisquer esferas da administração.
- Ⓔ indistintamente no âmbito da administração direta e indireta, em qualquer dos poderes de quaisquer esferas da administração.

**QUESTÃO 80**

Os atos de improbidade administrativa se caracterizam como os que importem enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da administração pública. Os atos que atentam contra os princípios da administração pública incluem

- Ⓐ dispensar, indevidamente, o processo licitatório.
- Ⓑ deixar de prestar contas quando houver obrigação de fazê-lo.
- Ⓒ utilizar em serviço particular o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por entidades públicas.
- Ⓓ realizar operação financeira aceitando garantia insuficiente.
- Ⓔ exercer atividade de consultoria ou assessoramento por pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

**QUESTÃO 81**

Algumas preocupações exigem a opinião de alguém não ligado ao negócio e que confirme, de forma independente, a qualidade e precisão das informações. Essas situações ensejam o aparecimento do auditor. Assinale a opção que **não** corresponde a esse tipo de preocupação.

- Ⓐ avaliação do retorno do investimento
- Ⓑ cumprimento da legislação
- Ⓒ comportamento da economia
- Ⓓ consecução dos objetivos e atingimento das metas
- Ⓔ correta aplicação do capital investido

**QUESTÃO 82**

As influências que possibilitaram o desenvolvimento da auditoria no Brasil **não** incluem

- Ⓐ a disseminação de filiais e subsidiárias de empresas estrangeiras.
- Ⓑ o financiamento de empresas brasileiras por instituições estrangeiras e internacionais.
- Ⓒ as limitadas circunstâncias de obrigatoriedade da auditoria.
- Ⓓ a expansão do mercado de capitais.
- Ⓔ a complexidade crescente da legislação tributária.

**QUESTÃO 83**

A auditoria da gestão pública é a vertente da auditoria governamental realizada pelo Estado visando ao controle de sua gestão. Assinale a opção correta acerca dos tipos de auditoria governamental.

- Ⓐ A verificação do cumprimento da legislação pertinente é objeto da auditoria contábil.
- Ⓑ A auditoria de sistemas tem, entre outros, o objetivo de identificar as áreas críticas e riscos potenciais, proporcionando as bases para a sua eliminação ou redução.
- Ⓒ A análise da realização físico-financeira, em face dos objetivos e metas estabelecidos, é um aspecto contemplado pela auditoria de gestão.
- Ⓓ A auditoria integral utiliza-se de critérios sob a ótica dos quais busca avaliar a organização, como, por exemplo, a gestão e desenvolvimento de pessoas.
- Ⓔ Constitui objetivo da auditoria operacional aferir a confiabilidade, a segurança, a fidedignidade e a consistência dos sistemas administrativos, gerenciais e de informações.

**QUESTÃO 84**

Estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas da União (TCU) os(as)

- Ⓐ recursos transferidos pela União a município quando houver Tribunal de Contas do município.
- Ⓑ companhias estaduais com participação minoritária da União.
- Ⓒ aplicações realizadas com recursos do Fundo de Participação dos Estados.
- Ⓓ entidade da administração indireta do estado que receber empréstimo de instituição financeira federal.
- Ⓔ projetos estaduais financiados com recursos de instituições financeiras internacionais.

**QUESTÃO 85**

Na aplicação dos testes substantivos, o auditor deve objetivar determinadas conclusões, entre as quais inclui-se a

- Ⓐ abrangência, isto é, se o que está registrado de fato existe e se está correto.
- Ⓑ verificação da efetividade dos controles internos.
- Ⓒ efetiva ocorrência de uma transação.
- Ⓓ avaliação patrimonial atualizada, com base na sistemática de correção monetária vigente.
- Ⓔ existência dos direitos e obrigações que integram o patrimônio em algum momento do período transcorrido.

**QUESTÃO 86**

Exportação de mercadoria embarcada em 30/12/2008, com cláusula FOB, no valor de R\$ 500.000,00, e chegada prevista para 10/1/2009, foi registrada como receita com a confirmação da entrega, em 12/1/2009. O exercício social da empresa exportadora encerrou-se em 31/12/2008 e o custo da mercadoria vendida, registrado simultaneamente, foi de R\$ 300.000,00. Nesse caso, é correto afirmar que o(a)

- Ⓐ empresa poderia optar pelo registro que lhe fosse mais conveniente.
- Ⓑ lançamento foi correto, mas deveria ter sido efetuado com a chegada da mercadoria.
- Ⓒ lançamento estaria correto se o custo da mercadoria vendida tivesse sido computado em 31/12/2008.
- Ⓓ ativo da empresa exportadora, à data do balanço, estava superavaliado.
- Ⓔ resultado do exercício encerrado em 31/12/2008 foi subavaliado.

**QUESTÃO 87**

As técnicas que o auditor utiliza para colher evidências acerca de informações das demonstrações contábeis constituem procedimentos de auditoria, que incluem a inspeção de documentos. Assinale a opção correspondente a exemplo de documento interno que suporta os lançamentos contábeis e que serve para verificar a veracidade e a adequação dos valores registrados.

- A prospecto para aquisição de equipamento
- B mapa de licitação de compras
- C pedido de compra de cliente
- D recibo de taxista
- E catálogo de preços obtido pela Internet

**QUESTÃO 88**

A confirmação externa, ou circularização, consiste na expedição de cartas a empresas ou pessoas com as quais o auditado mantém relações de negócios, solicitando confirmação a respeito da situação desses negócios em data determinada. Acerca da confirmação externa, assinale a opção correta.

- A Na correspondência encaminhada, os valores constantes dos livros do cliente devem ser obrigatoriamente discriminados.
- B As cartas são assinadas pelos auditores; as informações prestadas por terceiros devem ser previamente compartilhadas com o cliente e por ele reconhecidas.
- C As divergências entre os registros do cliente e os de terceiros só serão consideradas válidas mediante reconhecimento por parte do cliente.
- D Se a resposta for considerada muito relevante, sua falta implicará na emissão de parecer com abstenção de opinião.
- E Decidida a aplicação da confirmação, as cartas serão enviadas apenas às empresas e pessoas selecionadas mediante amostragem, considerando, entre outros fatores, as limitações de tempo, os custos do procedimento e os riscos associados.

**QUESTÃO 89**

A INTOSAI emitiu um conjunto de normas gerais e específicas que definem um nível mínimo de aceitabilidade para os sistemas de controle interno. Entre as normas específicas, citam-se as que estabelecem que

- A as principais responsabilidades, nos diferentes estágios das transações, devem ser atribuídas às mesmas pessoas.
- B o acesso a recursos e registros pode ser irrestrito, desde que monitorado pelos responsáveis por sua custódia ou uso.
- C o registro das transações e atividades deve ser imediato.
- D os objetivos de controle específico para cada atividade da organização devem ser definidos.
- E o sistema deve fornecer garantia absoluta de que os objetivos de controle interno serão cumpridos.

**QUESTÃO 90**

A não-identificação de atrasados — tanto no que tange a recebimentos quanto a pagamentos — indica falhas graves na gestão fiscal e pode representar um grande obstáculo à transparência fiscal. A esse propósito, assinale a opção correta.

- A A contabilidade em regime de caixa superestima o *deficit* real do governo à medida que haja atrasados de pagamentos consideráveis ou persistentes.
- B Informações adequadas e suficientes para avaliação de atrasados de recebimentos e pagamentos dependem essencialmente dos sistemas de gestão financeira e apenas residualmente dos sistemas de contabilidade pública.
- C Do lado da receita, é irrelevante a manutenção de registros dos tributos não recebidos no prazo, pois são irrelevantes para efeito de programação orçamentária.
- D A contabilidade em regime de competência ou de competência modificada é uma forma de viabilizar a emissão de relatórios que evidenciem, de um lado, os pagamentos já efetuados e, de outro, os pagamentos apenas autorizados.
- E Devido ao caráter compulsório dos tributos e aos instrumentos coercitivos à disposição do Estado, grandes estoques desses valores a receber indicam capacidade de realização praticamente total dos respectivos créditos.

**QUESTÃO 91**

O auditor deve efetuar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, como base para determinar a natureza, a oportunidade e a extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria. Nos termos da normatização do CFC, assinale a opção correta.

- A A aplicação dos procedimentos de auditoria independe do porte da entidade e do volume dos negócios.
- B O sistema de controles internos é de responsabilidade da auditoria interna da entidade.
- C A auditoria independente deve abster-se de efetuar recomendações para o aperfeiçoamento dos controles internos.
- D A avaliação do ambiente de controle existente deve considerar o processo decisório adotado na entidade.
- E Para a avaliação dos procedimentos de controle é irrelevante a comparação entre dados verificados e dados projetados.

**QUESTÃO 92**

Em questionário de controle interno geral, abrangendo questões para diversos setores, aplicado com vistas à avaliação dos controles internos de uma organização, uma das perguntas que deveria ser respondidas afirmativamente é:

- A As devoluções, abatimentos e descontos sobre vendas são autorizados pelos próprios vendedores?
- B Os recebimentos diários são mantidos no caixa da empresa e depositados semanalmente?
- C Os cheques têm a assinatura de apenas uma pessoa?
- D A conciliação periódica das contas bancárias é sempre efetuada pelo mesmo servidor do setor de contas a pagar?
- E Os comprovantes de pagamento do fundo de caixa são cancelados por ocasião de seu reembolso?

**QUESTÃO 93**

Com relação aos controles específicos sobre o passivo, há vários tipos de preocupações para as quais deve estar voltada a atenção do auditor. **Não** caracteriza uma dessas preocupações

- A impedir pagamentos em duplicidade ou para benefícios fictícios.
- B permitir a contabilização de obrigações não autorizadas.
- C a existência de autorização hábil para os respectivos pagamentos.
- D a manutenção de obrigações já quitadas.
- E a omissão de dívidas assumidas e vencidas.

**QUESTÃO 94**

Com relação ao controle interno na administração pública, assinale a opção correta.

- A O sistema de controle interno é inerente a todos os atos e processos administrativos de quaisquer órgão e entidade, devendo ser concebido sob a ótica da integração.
- B O sistema de controle interno, típico dos poderes executivos, se contrapõe aos controles externos dos demais poderes.
- C O controle interno, no âmbito do serviço público, corresponde à auditoria independente no setor privado, por atuar de forma esporádica e sob demanda.
- D As manifestações do controle interno são de caráter impositivo e punitivo, e independem de legislação específica.
- E O foco da atuação do controle interno está voltado para a despesa, havendo outros órgãos especializados voltados para o controle da receita.

**QUESTÃO 95**

Os mecanismos de controle na administração pública se situam em duas esferas interdependentes de ação: os reconhecidos como de *accountability* verticais e os tratados como de *accountability* horizontais. Com base nesta concepção, assinale a opção correta.

- A O controle horizontal é configurado pela dimensão eleitoral, capaz de sancionar ou censurar a ação dos governantes por meio da manifestação popular direta.
- B O controle administrativo ou interno, que integra a estrutura de cada poder, acompanha a execução dos respectivos atos, indicando, em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, as ações a serem realizadas com vistas ao atendimento da legislação e ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas da administração.
- C O controle legislativo, ou autocontrole, é o realizado no âmbito de cada poder em relação a ele próprio.
- D O controle de contas, financeiro ou contábil, é o de caráter eminentemente político, representado pelas considerações sobre o mérito, a conveniência e oportunidade na gestão dos recursos públicos.
- E O controle vertical é o exercido pelos órgãos do Poder Judiciário e pelo Ministério Público (MP), na vigilância do cumprimento da legislação e na punição aos abusos pelo seu descumprimento.

**QUESTÃO 96**

A Lei Delegada n.º 133/2007, do estado de Minas Gerais, dispõe acerca da Auditoria-Geral do Estado (AUGE), órgão central do Sistema Central de Auditoria Interna. Assinale a opção correta a respeito da AUGE.

- A A AUGE opera como unidade de auditoria dos órgãos da administração direta. As entidades da administração indireta dispõem de unidades de auditoria setoriais.
- B De acordo com a classificação usualmente adotada, a AUGE é um órgão de linha e o Sistema Central de Auditoria Interna, uma entidade de *staff*.
- C A referida lei, ao determinar que a função de auditoria se estende às entidades onde o estado tem participação acionária indireta, refere-se às entidades em que ele não detém o controle.
- D O apoio devido ao exercício do controle externo do Poder Legislativo pressupõe ações coordenadas e a cooperação da AUGE com o Tribunal de Contas do Estado (TCE).
- E A AUGE, ao avaliar os programas de governo, tendo constatado seu descumprimento e falta de efetividade, tem a prerrogativa de suspendê-los e substituí-los por novos programas.

**QUESTÃO 97**

De acordo com a abrangência e os conceitos adotados no âmbito do Sistema Central de Auditoria Interna do estado de Minas Gerais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A correição administrativa é independente da auditoria, por se tratarem de funções que devem ser segregadas.
- Ⓑ A AUGÉ atua sobre todo e qualquer órgão ou entidade da estrutura de quaisquer dos poderes.
- Ⓒ O acompanhamento e avaliação dos programas de governo constituem objeto da auditoria operacional.
- Ⓓ A auditoria de gestão é a que avalia o desempenho de uma administração sob os critérios da eficiência, eficácia, economia e efetividade.
- Ⓔ A suficiência e a adequação dos controles internos estão compreendidas no âmbito da auditoria operacional.

**QUESTÃO 98**

A LRF conferiu muita relevância à transparência, ao controle e à fiscalização. No tocante às prestações de contas, a LRF estabelece que

- Ⓐ a padronização e simplificação das prestações de contas é de competência do conselho estadual de gestão fiscal.
- Ⓑ as contas do governador serão apresentadas separadamente das dos demais poderes, mas o parecer prévio do TCE será único.
- Ⓒ o parecer prévio do TCE sobre as contas dos chefes dos poderes deve ser conclusivo, não obstante o julgamento caiba ao Legislativo.
- Ⓓ a Assembléia Legislativa não poderá encerrar a sessão anual se houver contas de exercício anterior pendentes de julgamento.
- Ⓔ o parecer sobre as contas do TCE será proferido por comissão especial constituída no âmbito do MP.

**QUESTÃO 99**

O Sistema Central de Auditoria Interna do Poder Executivo do estado de Minas Gerais se insere no sistema de controle interno, previsto no art. 81 da Constituição Estadual, que integra os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração indireta. No que diz respeito à fiscalização e aos controles, assinale a opção correta.

- Ⓐ Às entidades da administração indireta é vedado terem sua própria unidade ou setor responsável pelo controle interno.
- Ⓑ Os responsáveis pelo controle interno, caso tenham ciência de irregularidades ou ilegalidades, deverão comunicá-las ao MP, sob pena de responsabilidade solidária.
- Ⓒ A comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da administração direta cabem à AUGÉ; a administração indireta, por sua autonomia, se submete somente ao controle externo.
- Ⓓ O controle interno deve priorizar a fiscalização e o controle da execução orçamentária e financeira dos programas, e o controle externo, a realização física e efetiva das obras e serviços correspondentes.
- Ⓔ A fiscalização e o controle contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial e operacional no âmbito do estado abrange os atos de que resulta não apenas nascimento ou extinção de obrigações, mas também de direitos.

**QUESTÃO 100**

A Lei n.º 15.011/2004 dispõe sobre a responsabilidade social na gestão pública estadual, que se caracteriza, também, pela transparência e pelo planejamento estratégico das ações e pelo caráter educativo da edição dos atos. Com base nessa lei e na Lei n.º 14.172/2002, que criou o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS), assinale a opção correta.

- Ⓐ Os servidores dos órgãos de controle serão qualificados para atuarem como agentes públicos em responsabilidade social.
- Ⓑ As dimensões consideradas para a elaboração do IMRS, que se referem às várias áreas sociais de atuação prioritária do estado, levam em conta as variáveis de esforço de gestão governamental e participação popular.
- Ⓒ O relatório do IMRS é anual e acompanhará as prestações de contas dos gestores públicos.
- Ⓓ O relatório do IMRS é incluído no mapa da inclusão social, que compreende os mesmos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.
- Ⓔ Cada órgão e entidade da administração estadual elaborará balanço social anual, sujeito à aprovação dos órgãos de controle.

